
PROBLEMATIZANDO A NOÇÃO DE “VÍTIMA” DE VIOLÊNCIA
PROBLEMATIZACIÓN DEL CONCEPTO DE “VÍCTIMA” DE VIOLENCIA
QUESTIONING THE CONCEPT OF “VICTIM” OF VIOLENCE

Thiago Sandrini Mansur e Leila Aparecida Domingues Machado
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil

RESUMO

Apresentamos algumas discussões de uma pesquisa em que acompanhamos aproximadamente quinze mães de adolescentes que sofreram violência quando cumpriam medida socioeducativa. Buscamos analisar como certas concepções de “vítima” são atualizadas nas falas, ações, sentimentos e pensamentos dessas mães e como tais concepções contribuem para engendrar processos de produção de subjetividades. Para tanto, utilizamos a cartografia, um método de pesquisa da subjetividade que almeja acompanhar processos, e não representar realidades já dadas. Realizamos vinte encontros com as mães, na forma de assembleia geral, registrados em atas e diário de campo. Suas falas e ações oscilavam entre duas formas-subjetividade antagônicas: a reprodução de formas individualizadas de sofrimento e a criação de formas de organização coletiva para lutar por seus direitos, questionando a individualização da violência. Esperamos colaborar com o debate sobre a violência na atualidade, possibilitando problematizar a noção de “vítima”, desnaturalizar práticas e vislumbrar outros modos de exercício da cidadania.

Palavras-chave: violência; subjetividade; vítima.

RESUMEN

En este artículo presentamos discusiones de una investigación que acompañamos de cerca con aproximadamente quince madres de adolescentes que sufrieron violencia mientras cumplían medida socioeducativa. Se buscó analizar como concepciones de “víctima” son actualizadas en los discursos, acciones, sentimientos y pensamientos de estas madres y como esas concepciones contribuyen para formar procesos de producción de subjetividades. Utilizamos la cartografía, método de investigación de subjetividad que logra acompañar procesos y no representa realidades listas. Realizamos veinte juntas generales con las madres, registradas en actas y diario de campo. Sus discursos y acciones oscilaban entre dos formas-subjetividad antagónicas: la reproducción de formas individualizadas de sufrimiento y la creación de formas de organización colectiva para luchar por sus derechos, cuestionando la individualización de la violencia. Esperamos ayudar en el debate sobre violencia en la actualidad, problematizando el concepto de “víctima”, desnaturalizando prácticas y vislumbrando otras maneras de ejercicio de ciudadanía.

Palabras clave: violencia; subjetividad; víctima.

ABSTRACT

We present discussions that we made in a research in which we monitored fifteen mothers that have teenager kids who suffered from violence in an establishment of correctional measures. We analyze how certain conceptions of victim of violence are updated through speeches, actions, feelings and thoughts of these mothers, and, also, how these conceptions contribute to engender processes of production of subjectivity. We use the cartography, a method of subjectivity’s research that aims to monitor processes, not representing realities already given. We performed twenty meetings with these mothers, recorded in minutes and field diary. Their speeches and actions oscillated between two antagonistic kinds of subjectivity: reproduction of individualized forms of suffering, and the creation of collective organization to fight for their rights, questioning the individualization of violence. We hope to cooperate with the debate on violence, enabling problematize the notion of “victim”, unnaturalizing practices and envision other ways of citizenship.

Keywords: violence; subjectivity; victim.

Introdução

Diante da constatação da existência de um histórico de graves violações dos direitos humanos no Brasil, este artigo pretende trazer algumas discussões suscitadas em nossa pesquisa de mestrado, na qual acompanhamos a trajetória de mães de adolescentes violentados quando cumpriam medida socioeducativa em um estabelecimento de internação localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no estado do Espírito Santo¹. Nesse sentido, buscamos analisar como certas concepções do que se diz ser “vítima” são atualizadas nas falas, ações, sentimentos e pensamentos dessas pessoas atingidas por situações de violência.

Acerca da violência, temos constatado a influência de competentes discursos que contribuem para engendrar processos de produção de subjetividades³ (Coimbra, Andrade, Leitão, & Brasil, 2002). Tais discursos – muito presentes nos meios de comunicação e, até mesmo, na fala de políticos e autoridades públicas – dividem a sociedade entre aqueles que devem ser protegidos (as “pessoas de bem”) e aqueles de quem a sociedade deve se defender (os “bandidos”), produzindo e reproduzindo um clima de medo e insegurança nas cidades, em que os direitos humanos devem ser garantidos para aqueles que lhes são merecedores, os “humanos direitos” ou as “pessoas de bem”.

Como um dos efeitos desses processos, Jorge (2009) aponta para o fato de que nas cidades as pessoas se isolam cada vez mais umas das outras, evitando o contato com pessoas e lugares desconhecidos, identificando-os como fonte de perigo. Em face disso, constatamos também um crescimento de demandas por repressão para dar conta da violência, elegendo-se como principais inimigos públicos os traficantes de drogas e os bandidos. Esses, por sua vez, são identificados com os jovens pobres (Batista, 2003; Coimbra & Nascimento, s.d.) que, excluídos do acesso aos bens sociais, muitas vezes encontram na criminalidade uma maneira de (sobre)viver, embora, proporcionalmente, sejam poucos deles que tomem esse caminho.

Assim, pavimenta-se uma estrada que justifica e naturaliza a violência policial contra os segmentos sociais mais desfavorecidos, haja vista que eles são considerados um risco para a sociedade e para suas eventuais vítimas (Coimbra & Nascimento, s.d.). Em outras palavras, por um lado, institui-se a figura das “vítimas inocentes” – as “pessoas de bem” –, que nada teriam a ver com a criminalidade violenta, exceto

a condição de terem-na sofrido. Por outro lado, os bandidos e traficantes, quando sofrem alguma agressão ou são mortos pelos agentes do Estado, não são tidos como vítimas, ou melhor, são considerados “falsas vítimas”, pois, pelos seus atos, são responsabilizados pela violência que sofreram.

Nessa mesma tônica, produzem-se também outros rostos para as “vítimas”, considerando-as não apenas como a parte que sofre um ilícito, mas, sobretudo, como figuras inertes que esperam passivamente por uma resposta do Estado. Assim formulada, tal concepção de “vítima” tem como efeito não mais a separação entre inocentes e culpados, mas entre aqueles que são violados (as “vítimas”) e aqueles que não o são (as pessoas “normais”). Ou seja, opera-se um duplo movimento em que, ao mesmo tempo, se despolitiza a violência e se restringe esta à dimensão íntima⁴ do sofrimento e da dor. Em resumo, tudo se passa como se a violência fosse um problema apenas para quem a sofreu, desvinculando-a dos processos que a produzem e reproduzem.

Esse cenário vem se transformando ao longo dos séculos XX e XXI, junto com o processo de fortalecimento dos movimentos sociais, que denunciavam e lutavam contra as atrocidades do regime militar (1964-1985) e as mazelas vividas pelas populações menos favorecidas. Nesse sentido, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, dispositivos legais foram instituídos com o objetivo de fomentar políticas de proteção e promoção dos direitos humanos no país, dentre eles o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, em 1996. Embora muito do que se estabeleceu através do PNDH não se tenha efetivado enquanto ação (Núcleo de Estudos da Violência, 2010), desde então foram criados muitos programas, projetos e estabelecimentos de acolhimento às pessoas vitimadas, visando a que seus direitos sejam garantidos e protegidos. Eles se tornaram espaços privilegiados de acolhimento a essas pessoas, problematizando⁵ a violência em suas diversas formas de manifestação, estimulando a disseminação de práticas não violentas de resolução dos conflitos e contribuindo para a construção de uma cultura de cidadania e paz.

Não se trata, portanto, de negar o sofrimento e a dor daqueles que são violentados, mas enfatizar outros aspectos, em que essas pessoas, mesmo violentadas, tomam as rédeas de suas próprias vidas. Desse modo, paralelamente às concepções de “vítima” expostas anteriormente, problematizamos suas concepções mais correntes, desnaturalizando as mesmas a partir da reflexão acerca da figura do “cidadão” proposta por Benevides (2002), na qual aqueles que

sofreram violações de direitos humanos implicam-se na exigência-intransigência de terem seus direitos reparados e protegidos.

Pistas da cartografia: uma diretriz metodológica

Inicialmente, não havia objetivos previamente determinados para nossa pesquisa, apenas a intenção de ouvir o relato de experiência de pessoas atingidas por situações de violação dos direitos humanos, e compreender os sentidos que elas atribuíam a essas experiências. Nesse sentido, escolhemos a cartografia – entendida como um método de pesquisa de estudo da subjetividade que visa a acompanhar processos, e não representar objetos ou realidades já dadas (Kastrup, 2007) – visto que tal método não se apóia em prescrições, nem regras prévias ou objetivos fixados de antemão.

Segundo Barros e Passos (2010, p. 17): “A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados”. Além disso, de acordo com Benevides (2007), a cartografia abre a possibilidade de apreender os processos de produção de uma realidade a partir de diferentes maneiras, sempre provisórias, parciais, acompanhando movimentos que traçam linhas, acompanhando essas linhas, suas rupturas, tensões e entrecruzamentos.

Tomando de empréstimo dos etnógrafos, escolhemos utilizar o diário de campo como ferramenta de registro. Para darmos prosseguimento à pesquisa, fizemos contato com um programa de assistência às pessoas em situação de violência no qual já trabalhamos anteriormente, e, com a devida autorização da entidade gestora, passamos a habitar⁶ o local. Inicialmente, permanecemos cerca de três meses apenas observando e mantendo contatos informais com os usuários do programa, de modo a nos inserirmos na rotina do espaço e conhecermos as pessoas que o frequentavam.

Além disso, formulamos um roteiro de entrevista semiestruturada e tentamos identificar alguns possíveis entrevistados, isto é, pessoas que se dispusessem a falar sobre suas experiências. Contudo, parecia que essa forma de abordagem não se adequava à situação, pois, geralmente, havia muita resistência por parte das pessoas para dar entrevistas.

Atentos às variações do campo, durante uma de nossas visitas diárias ao programa, conhecemos a Sra. Elisa⁷, uma usuária do mesmo⁸. A partir de então, a pesquisa adquiriu um novo rumo, levando-

nos, inclusive, a abandonar o roteiro formulado anteriormente.

Intensidades que pedem passagem: a trajetória de Elisa e das mães

Em um de nossos contatos com Elisa, ela nos contou sobre sua luta para ajudar o filho, Roberto, que estava internado em uma das unidades do IASES⁹ (Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo). Na ocasião, Roberto tinha 17 anos de idade e, há seis meses, cumpria medida socioeducativa de privação de liberdade, sentenciado por ato infracional equivalente ao latrocínio. Elisa disse que buscava apoio para denunciar as constantes agressões e ameaças que o filho sofria por parte de monitores e policiais militares no interior de uma das unidades de internação¹⁰.

Elisa relatou que, aos poucos, estabeleceu contato com outras mães e foi percebendo que, assim como Roberto, seus filhos também eram constantemente violentados. Contou que, diante disso, elas falavam cada vez mais da necessidade de se organizarem e que acreditavam que, dessa maneira, poderiam ganhar força para denunciarem as violências praticadas contra seus filhos. Disse que, a partir de então, passaram a se reunir semanalmente na saída do IASES, depois do horário de visitação.

De acordo com o relato, certo dia, o grupo de mães decidiu acionar o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) e uma rede de televisão local, com o objetivo de denunciar o que estava ocorrendo. Entretanto, o movimento foi barrado na porta do IASES, pois a coordenação do estabelecimento alegou não possuir autorização para que elas entrassem. Sobre este episódio, contou que as mães afirmavam não estarem frustradas com a negativa. Elisa dizia que o ocorrido tinha sido uma manifestação concreta de sua força de mobilização e se orgulhava de ter conseguido chamar atenção da imprensa local, geralmente avessa a assuntos desse tipo. Além disso, também relatou que comemorava a vitória de marcar uma reunião com o juiz da infância e juventude, fato que, individualmente, nunca conseguiram fazer.

Durante nossas conversas com Elisa (cerca de quatro encontros semanais, cada um com aproximadamente uma hora e trinta minutos de duração) fomos estabelecendo vínculos mais intensos, conhecendo melhor sua vida e a trajetória de luta dela e das outras mães. Pedimos que ela nos autorizasse a registrar suas histórias, explicando os objetivos de nossa pesquisa. Embora revelasse estar bastante reticente no início, Elisa dizia acreditar que, se essas

histórias se tornassem públicas, talvez elas pudessem encontrar pessoas que se solidarizassem com sua luta.

Após mais três encontros, Elisa aceitou intermediar uma conversa com as outras mães, para também ouvi-las e registrar suas histórias, já que, depois que começaram a se encontrar com mais frequência, elas também se tornaram usuárias do programa a partir da influência da própria Elisa.

Depois da reunião de apresentação, passamos a acompanhá-las, durante oito meses, através de encontros semanais na sede do programa. No início do terceiro mês – nono encontro –, devido à necessidade que muitas delas tinham de cumprir dupla ou até tripla jornada de trabalho, os encontros passaram a ser quinzenais.

Ao todo foram vinte encontros. O número de participantes variou entre sete e dezessete pessoas por encontro, sendo que quatro compareceram apenas à primeira reunião e não retornaram mais. Não conseguimos obter informação sobre o motivo do não retorno, apesar das tentativas de contato. Cada encontro teve duração média de duas horas e foi baseado na forma de funcionamento de uma assembleia geral. A proposta era que as pessoas tivessem liberdade para falar sobre o que quisessem e da maneira como achassem conveniente.

As falas giravam em torno das dificuldades e humilhações na hora das visitas íntimas, do péssimo estado de conservação do estabelecimento, do mau cheiro no interior das celas, das tristezas e preconceitos vividos por serem mães de “menores infratores”. Havia muitos relatos de mães que tinham presenciado adolescentes infectados com sarna, micose e tuberculose. Outras contavam ter visto marcas de tiros de arma de fogo nas paredes da unidade de internação e, ainda, diversos arranhões e hematomas espalhados pelo corpo de alguns adolescentes. Além disso, reclamavam da presença constante de policiais fortemente armados no local, em franca atitude de constrangimento e ameaça para com os familiares dos jovens.

Como forma de sistematização, registramos cada encontro em uma espécie de ata. Para tanto, os principais pontos de debate eram resumidos em tópicos. Em seguida, colocamos um retroprojeter ligado a um computador para que todas pudessem acompanhar a redação dos tópicos, fazendo sugestões de modificação ou acréscimo nas frases. Tendo em vista que muitas eram apenas semialfabetizadas, aquelas que tinham mais facilidade para a leitura ajudavam as outras. No encontro seguinte, a ata era lida como maneira de recapitulação do que havia sido debatido anteriormente.

De acordo com os relatos das mães, antes mesmo de entrar no IASES já se podia sentir o mau cheiro vindo de seu interior. Segundo elas, no pátio externo podia-se avistar lixo espalhado pelo chão e esgoto vazando a céu aberto. Além disso, diziam que a aparência antiga e decrepita do prédio – a construção é da década de 1960, conforme uma das mães nos contou – evidencia que ele não apresenta mais condições para sua finalidade.

Elisa e outras mães contaram que, para que o visitante pudesse entrar, era obrigado a se submeter à revista íntima, na qual passava pelo constrangimento de ter que se desnudar e agachar na frente de policiais, ouvindo ainda comentários depreciativos sobre seu corpo. A mesma situação ocorria com a revista dos “malotes”¹¹, que, devido à forma como eram revistados, estragava as comidas e rasgava as roupas.

Adentrando as instalações do IASES as mães se sentiam constantemente intimidadas quando se deparavam com policiais militares ostentando armas de grosso calibre. Muitas, inclusive, já haviam presenciado diversos adolescentes com marcas de agressão (arranhões, cortes, hematomas, etc.). Alegavam que, por conta disso, as tentativas de rebelião eram constantes.

Já no interior do estabelecimento, relatavam que havia água minando pelas rachaduras nas paredes e no teto, deixando um forte cheiro de mofo e marcas de umidade. Algumas mães diziam que os banheiros destinados aos visitantes permaneciam sujos e sem água nos sanitários. Em geral, todo o ambiente apresentava péssimas condições higiênicas, sendo constante a transmissão de doenças como sarna e tuberculose entre os jovens, conforme todas elas diziam presenciar.

Outro ponto muito discutido durante todas as reuniões era que, segundo as mães, os jovens internos praticamente não tinham assistência: ausência de acesso a advogados, educadores sociais, psicólogos, assistentes sociais, dentistas, médicos e outros profissionais de saúde. Reclamavam que os adolescentes ficavam ociosos por muito tempo, sem atividades educativas e de capacitação para o trabalho.

Mas as reivindicações não ficavam apenas como lamentações, também havia muitas propostas para modificar a realidade. Falavam que o IASES deveria oferecer cursos profissionalizantes compatíveis com o mercado de trabalho, programas de encaminhamento ao emprego para egressos do sistema, entre outros. Muitas das mães estavam dispostas a investir parte de seu tempo para colocar tais propostas em prática,

outras não se mobilizavam com tanta intensidade, mas também contribuíam de outras maneiras.

A “carta-manifesto”

Aproximadamente no décimo encontro, elas deliberaram que, a partir da organização das atas, seria elaborada uma carta descrevendo o que foi discutido nos encontros, trazendo reivindicações e propostas. Ao falar sobre a situação de abandono em que se encontravam seus filhos e sobre a indignação que todas sentiam, elas se questionavam por que, dentre cerca de duzentos adolescentes cumprindo sentença de internação, somente pouco mais de uma dezena de mães estavam se mobilizando pra enfrentar a situação. Também falavam do descaso com que eram tratadas. Uma delas disse que, ao tentar conversar com os policiais para que se sensibilizassem com a situação daqueles adolescentes, não se conformou em ouvir um policial dizer que “*não é meu filho que está aqui, então eu não tenho nada a ver com isso, o problema é seu*”.

As mães não pareciam buscar respostas conclusivas, pois diziam não acreditar que a unanimidade seria a solução. A estratégia elaborada por elas foi contar com as pessoas dispostas a lutar naquele momento e, também, discutir coletivamente todas as propostas e reivindicações. Talvez outras pessoas se juntassem depois, ou então a mobilização esmorecesse. De nossa parte, não sabíamos em que isso tudo iria resultar e assim mesmo apostamos na força do movimento.

Reverendo os registros das reuniões, percebemos que as falas e as ações oscilavam entre dois extremos antagônicos. Por um lado, a partir de frases como “*quero apenas resolver o problema do meu filho*”, as mães aparentavam produzir e reproduzir formas individualizadas de lidar com o sofrimento, reforçando certas concepções de “vítima” que compreendem a violência como um problema apenas para quem a sofreu. Desse modo, restringiam suas experiências à dimensão da intimidade, da particularidade, desvinculando-as do contexto histórico e social que as constituem.

Por outro lado, posturas do tipo “*a luta não é apenas para que nossos filhos parem de apanhar; temos que nos organizar para que outras mães e adolescentes não passem pelo que passamos*” revelam que a criação de formas de organização coletiva problematiza as concepções de “vítima” anteriormente explicitadas, desnaturalizando-as. Em outras palavras, ao se organizarem para lutar por seus direitos, as mães demonstraram que a experiência de ser vitimado pela violência pode ser disparadora de experiências de cidadania (Benevides, 2002).

As discussões se materializavam em forma de memória escrita. À medida que relíamos cada um dos tópicos, eram trazidos mais elementos para as discussões. Feito isso, organizamos os tópicos em frases e parágrafos, de modo que ganhasse forma de um texto. Enxertamos uma frase aqui e acolá para que o texto adquirisse uma sequência lógica e o formato de uma carta, que foi assinada por todas.

Essa carta¹² narrava tudo aquilo que discutimos ao longo das reuniões. Além da narrativa, a carta também tinha um tom de manifesto, expondo as reivindicações do grupo, incluindo propostas para se repensar não somente a forma como eram conduzidos os estabelecimentos de internação do IASES, mas todo o sistema de medidas socioeducativas.

Em seguida, elas enviaram a carta para uma lista de destinatários composta por diversos órgãos e autoridades públicas, organizações de defesa dos direitos humanos e entidades representativas de categorias profissionais (tais como Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Regional de Psicologia e Conselho Regional de Serviço Social).

Os encontros continuaram durante mais alguns meses após a elaboração da carta-manifesto. As reuniões foram prosseguindo, algumas com maior número de participantes, outras mais esvaziadas. Mas havia um grupo de sete mulheres – sempre as mesmas – que nunca deixava de comparecer. Essas falavam da necessidade de conhecerem melhor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Alegavam que, como desconheciam o ECA, sentiam-se incapazes de reivindicar os direitos de seus filhos. Foi então que as reuniões passaram a ser um grupo de estudo do Estatuto.

Interessante notar que, durante a leitura de cada um dos artigos do ECA, elas diziam, com espanto, coisas do tipo “*mas isso eu já sabia, só não sabia que tinha no estatuto*”. Percebemos, então, que elas já tinham experiência encarnada de cada um daqueles artigos, que eles já faziam parte da própria vida delas e que, na realidade, elas se sentiam desautorizadas a falar diante das autoridades (juizes, promotores, advogados, etc.).

Nesse ínterim, a carta começou a surtir efeito, pois parecia que algumas pessoas e instituições estavam se solidarizando com as mães. Então, elas passaram a participar ativamente de reuniões, nas quais relatavam suas experiências e buscavam apoio institucional. Assim, elas realizaram uma parceria em que o programa no qual elas eram assistidas ficou encarregado de colher os depoimentos de cada uma das mães e, em seguida, encaminhar à Ordem

dos Advogados do Brasil (OAB). Essa, por sua vez, acionaria os mecanismos jurídicos para responsabilizar o Estado pelas torturas e maus-tratos ocorridos no IASES.

As reuniões de estudo do ECA duraram mais um tempo, porém, foram se esvaziando paulatinamente, até que decidimos encerrá-las. Algumas pessoas aparentavam desânimo e cansaço, alegando não verem resultados imediatos; outras diziam que aquilo daria em nada; algumas disseram que passaram a ser ameaçadas por pessoas desconhecidas e queriam “*dar um tempo*”; outras, ainda, queriam lutar, mas sentiam-se isoladas e eram contaminadas pelo descrédito das outras.

Ainda assim, muitas mães se mostraram satisfeitas com tudo o que tinha sido feito, sobretudo após os resultados da carta-manifesto, das audiências na OAB e da coleta dos depoimentos. Elas continuaram com suas ações, sendo assistidas pelo programa. A ideia era que elas formassem uma associação, para continuarem se encontrando. No entanto, aproximadamente seis meses depois do fim da pesquisa, em um encontro informal, Elisa nos contou que a associação ainda não tinha sido criada.

Do sofrimento individual à organização coletiva

Refazendo a leitura do diário de campo e das atas produzidas nos encontros, traçamos pequenos pontilhados que, unidos, formavam múltiplas linhas. Algumas delas eram mais fugidias, enquanto outras adquiriam formas mais ou menos estáveis.

De acordo com Benevides (2007):

Em uma cartografia o que se faz é acompanhar as linhas que se traçam, marcar os pontos de ruptura e de enrijecimento, analisar os cruzamentos dessas linhas diversas que funcionam ao mesmo tempo. ... É da fecunda tensão das linhas que habitam um plano que será desenhada uma carta. (Benevides, 2007, p. 234)

Nesse sentido, tentamos realizar as análises dessas linhas, seus cruzamentos e tensões, evitando a busca por respostas certas ou erradas, verdades ou mentiras. Concebemos todo nosso percurso como uma problematização, não somente das experiências das “vítimas” de violência, mas, especialmente das suas (e das nossas) próprias certezas.

O fato de que muitas pessoas não se interessavam pelo sofrimento de Elisa era vivido como uma experiência somente sua e de mais ninguém. Afinal, conforme uma pessoa lhe havia dito, “*isso não é problema meu, eu não tenho filho preso mesmo*”. As angústias expressadas por Elisa apontavam para

a seguinte reflexão: “até que ponto aquilo que estou vivendo realmente diz respeito somente a mim?”.

Marco Aurélio Soares Jorge (2009) aponta para uma associação entre violência e processos de produção de individualização e isolamento:

as pessoas que são vítimas de incivilidades sentem-se desprotegidas, estimulando a falta de confiança nas instituições e a ausência dos sentimentos de coletividade fazendo com que evitem os espaços coletivos. Assim, suas preocupações individuais se tornam prioridades fazendo com que surja um sentimento de indiferença com o outro, especialmente com o que lhe é estranho. Quando passa a existir uma sensação de que o outro pode ameaçar sua integridade, indiferença e alheamento podem rapidamente se transformar em medo e insegurança, sendo a vida coletiva das cidades sobreposta por uma lógica individualista ou privada. ... Há um domínio de uma lógica individualista onde o outro é alienado de suas relações, convívios ou preocupações. Um exterior supostamente ameaçador, hipertrofiado pelo medo e insegurança, associado ao individualismo exacerbado, passa a produzir atitudes egocêntricas, como a indiferença ou a intolerância ao outro, a desconfiança e o isolamento. (Jorge, 2009, p. 263)

Por outro lado, Benevides (2002) destaca que a experiência de ser vitimado também pode ser disparadora de outros processos, tornando-se potência para reivindicar seus direitos, estar junto com outras pessoas, compartilhar suas experiências, agir coletivamente, ser cidadão. Essas reflexões problematizam uma visão intimista da sociedade, na qual as pessoas se interessam apenas por seus próprios problemas e sentimentos particulares (Coimbra et al., 2002; Sennet, 1988).

Desnaturalizando as formas-subjetividade “vítima”

A violência tem se constituído em importante vetor de produção de subjetividades, isto é, de formas de agir, pensar, sentir, fazer, relacionar-se (Machado, 1999), e, assim, ela se concretiza nas maneiras como as pessoas estabelecem relações consigo mesmas e com o mundo, de modo que seus resultados geralmente são dor, sofrimento e adoecimento.

Na sociedade e no momento histórico em que vivemos atualmente, a palavra “subjetividade” geralmente é considerada como equivalente a um “eu” que seria portador de uma verdade sobre si. Nesse sentido, subjetividade é compreendida como sinônimo de personalidade, intimidade, interioridade, essência, identidade ou individualidade. No entanto, essas são algumas das formas que ela pode assumir. Com elas,

estabelecemos uma relação de verdade e acreditamos que sempre fomos assim e continuaremos sendo.

Pensamos a subjetividade como podendo assumir diferentes formas. O que significa podermos perceber o contemporâneo como um jogo de forças que fala de desejos e de medos que se fazem presentes em nosso cotidiano. Contudo, significa também pensarmos que as formas assumidas pela subjetividade na atualidade não são as últimas e nem são as únicas. Nesse campo de forças, outras formas podem ser criadas quando permitimos o acesso ao intempestivo, ao estranho, ao desconhecido, ao inatural, ao devir sempre-outra. (Machado, 1999, p. 216)

Subjetividade refere-se, portanto, à invenção de formas de existência; formas que se individualizam circunstancial e provisoriamente de múltiplas maneiras. São processos de construção da experiência. Assim, a subjetividade é histórica, não-natural e, portanto, mutável. Poderíamos falar, então, de modos de subjetivação, processos de subjetivação ou, ainda, modos de existência, já que apontam diferentes e mutantes formas de vida.

Nas palavras de Candioto (2008, p. 88), “subjetividade ... aqui se refere não à identificação com o sujeito como categoria ontologicamente invariável, mas a modos de agir, a processos de subjetivação modificáveis e plurais”. Formas-subjetividade e modos de subjetivação compõem aspectos presentes na constituição de diferentes modos de vida (subjetividades). Em outras palavras, poderíamos afirmar que subjetividade é forma e subjetivação é processo, não havendo contraposição entre uma e outra.

Formas-subjetividade são configurações provisórias que tendem à estabilidade, mesmo que provisória, cristalizando-se em determinados momentos ou épocas históricas. Por exemplo, a forma-subjetividade indivíduo é uma característica das sociedades intimistas (Coimbra et al., 2002; Sennet, 1988), nas quais a esfera privada é supervalorizada. Nesse sentido, a forma-subjetividade “vítima” configura determinadas maneiras de sentir, pensar e agir para aqueles que sofreram algum tipo de violência. São modos de vida traduzidos pelo individualismo (as experiências das “vítimas” de violência são individuais, referem-se aos indivíduos que sofreram as violências e somente a eles), intimismo (as experiências são íntimas, interiorizadas, relacionadas às histórias de vida e emoções particulares) e especialismos (não é qualquer um que pode falar sobre a violência, pois esta deve ser tratada por profissionais capacitados que detêm a verdade sobre o assunto).

Por outro lado, modos de subjetivação – também sempre históricos – referem-se à processualidade da vida, à força das transformações que se desfazem e se refazem, num constante movimento de dissolução das formas dadas e cristalizadas (Machado, 1999). Nesse sentido, ao invés do isolamento, da apatia e da passividade, aqueles que sofrem direta e indiretamente os efeitos da violência também têm assumido papel protagonista na luta pela produção de uma cultura de paz, problematizando a individualização do sofrimento e desnaturalizando formas instituídas. Assim, os afetos produzidos junto com as mães demonstram que, apesar de todos esses efeitos deletérios da violência, a potência de vida atualiza-se e renova-se a cada luta.

Embora em algumas situações elas demonstrassem naturalizar suas experiências em frases do tipo “*meu filho é bandido mesmo*”, tolerando e reproduzindo práticas violentas, em muitas outras situações, recusavam ocupar o lugar de “vítima”, apostando na força de sua mobilização para reivindicar a responsabilização dos agentes violadores e exigir melhorias no sistema de medidas socioeducativas. Nessa perspectiva, os problemas que eram vistos como exclusivamente individuais podem ser percebidos como produção histórica e social.

A mobilização daquelas pessoas diante de suas adversidades evidenciou claramente que elas se recusavam a se considerarem “vítimas”, buscando lutar por seus direitos, politizando o cotidiano – colocando em xeque determinadas formas-subjetividades, produzindo novos modos de subjetivação. Elas afirmavam que seus direitos e dignidade foram violados, mas não se deixavam aprisionar por rótulos e pré-concepções que individualizavam o sofrimento e a culpa.

As mães conquistam autoridade para falar

As mães relatavam sentir que, sozinhas, nada – ou muito pouco – podiam fazer, mas juntas acreditavam que teriam forças e que seriam ouvidas pelas autoridades públicas. Interessante notar que a expressão autoridade remete aqui a três sentidos distintos, porém complementares. Um primeiro sentido diz respeito à autoridade como aquela pessoa que é responsável pela ordem de um estabelecimento, por exemplo, um juiz de direito, um diretor prisional, um promotor de justiça. O termo autoridade também pode remeter à pessoa que está autorizada a falar sobre um determinado assunto. Nesse sentido, as mães, reunidas em grupo, conquistaram autoridade para falarem por si mesmas e, ao mesmo tempo, sentiam-se autorizadas para tanto. Além disso, autoridade

também remete à faculdade de ser autor de sua própria história. Nesse sentido, ao passo que elaboram a carta e a tornam pública, denunciando as violências sofridas por seus filhos, as mães tomam para si mesmas a responsabilidade de escrever coletivamente sua própria história.

Além disso, acreditamos que a divulgação da carta-manifesto foi uma maneira de elas tornarem públicos os episódios de tortura e maus-tratos que ocorriam no IASES, chamando a atenção da mídia e das entidades de defesa dos direitos humanos. Havia uma cobrança explícita por respostas às “acusações” da carta-manifesto, trazendo à baila a necessidade de se discutir coletivamente não apenas a violência que ocorria no IASES, mas, em especial, a violência da individualização do sofrimento e do silenciamento daqueles que não são autorizados a falar por si mesmos.

Considerações finais

Conforme apontamos ao longo do texto, na sociedade em que vivemos atualmente, nossas experiências são construídas como se as vivências fossem individuais e os sentimentos, íntimos (Coimbra et al., 2002; Machado, 1999; Sennet, 1988). Desse modo, produzimos e reproduzimos formas-subjetividade “vítima” em que, por exemplo, a experiência de ser violentado é sentida como sendo um problema particular de cada um. Isto contribui para que, muitas vezes, as pessoas vitimadas deixem de crer em valores como humanidade, solidariedade e dignidade. A revolta e a sensação de impotência são frequentemente relatadas como efeitos diretos e indiretos da violência sofrida e, geralmente, são acompanhados de ressentimento, desconfiança, isolamento e intolerância com a diferença e com os diferentes (Jorge, 2009).

Em função disso, diante da agressão que se recebe, como acreditar que o outro, embora com suas diferenças, também é um “ser humano”? Tal pergunta nos leva a uma reflexão ainda mais profunda: como compreender os paradigmas da violência na atualidade e quais são seus efeitos nas relações sociais?

Segundo o professor Eduardo Passos (2009), existem diferentes formas explicativas para pensarmos a violência na atualidade. Em uma das hipóteses, ela seria explicada pela ausência ou perda de valores, regras e ideais e pela falta da lei e da autoridade.

O pressuposto, aqui, é que vivemos um esgarçamento do tecido social e nestes buracos do contrato ou pacto social, gera-se uma violência e/ou alienação. Tal esgarçamento pode ser resolvido pela via da

recomposição das regras de sociabilidade, da reintegração dos grupos, da recolocação dos ideais identificatórios. (Passos, 2009, p. 255)

Contudo, ele argumenta que, em contraste com essa primeira explicação, outra perspectiva de análise afirma uma hipótese “pessimista” na qual a violência é pensada, não como falta de regras, mas como produção de formas de relação que se disseminam pela sociedade. Pessimismo que pode ser paralisante ou crítico/ativo (Passos, 2009).

O pessimismo paralisante tem como correlato a indiferença e a intolerância com as diferenças e com os diferentes. É a sensação de que “está tudo dominado”, ou de que direitos humanos são apenas para os “humanos direitos”: são as práticas de “tolerância zero”, que pregam o recrudescimento das leis e o aumento da repressão como forma de lidar com a violência. Já o pessimismo crítico postula que, embora existam modos de sociabilidade violentos, engendrados por extremas desigualdades, eles “resultam da institucionalização da violação dos direitos humanos” (Passos, 2009, p. 256). Haveria, então, um processo de “interiorização” da violência em nós mesmos, cabendo-nos desnaturalizá-la/problematizá-la em nossas práticas cotidianas.

Por um lado, as experiências com as mães mostram que, muitas vezes, elas mesmas produzem/reproduzem essa interiorização, ora aceitando as práticas de tortura, ora justificando-as e, ainda, culpabilizando-se por tudo. A partir de falas, ações, sentimentos e pensamentos, elas cristalizam certas formas-subjetividade “vítima” que, supostamente portadoras de uma verdade em si, individualizam o sofrimento e despolitizam a violência (Coimbra et al., 2002). Assim cristalizados seus modos de viver (formas-subjetividade “vítima”), elas sentem-se impotentes e solitárias diante da dor, desautorizadas a falar por si próprias e impedidas de agir.

Por outro lado, também identificamos que a trajetória dessas mães aponta para um movimento contrário ao primeiro. Na medida em que protestam, tornam pública uma carta denunciando os maus-tratos, se mobilizam e criam formas de organização coletiva para lutar por seus direitos, elas não se deixam apreender no lugar de passividade, sofrimento e apatia, que muitas vezes é destinado às pessoas que se encontram em situação de violência. Assim, evidenciam o caráter circunstancial e provisório dessas formas-subjetividade “vítima” anteriormente mencionadas.

Nesse sentido, a experiência de estar em grupo, para além (e aquém) de ser uma composição de indivíduos reunidos em torno de uma causa comum, abriu a possibilidade de tomá-lo como aquilo que

põe em funcionamento novos modos de existência, operando, assim, processos de subjetivação não individualistas. Poderíamos falar, então, de dimensões relacionais, coletivas e impessoais de nossa existência.

Máquina de decomposição de verdades, de concepções tomadas como naturais e universais, o grupo pode acionar confrontos entre expressões do modo-indivíduo vigente. Ao tomar os enunciados como remetendo não a sujeitos individuais, mas a coletivos, ao percorrer os caminhos maquínicos do desejo que não se esgotam nas vivências individualizadas, o grupo dispara desconstruções dos territórios enclausurantes da subjetividade. (Benevides, 2007, p. 325)

Ainda de acordo com Benevides, a experiência grupal pode abrir a possibilidade de atualizarmos

uma subjetividade que experimente, se arrisque em outros modos de composição; ... uma subjetividade que se produza heterogênea, sendo ao mesmo tempo heterogenética; ... uma subjetividade que esteja comprometida com os processos coletivos que a produzem. (Benevides, 2007, p. 325)

Entre os diversos efeitos de estar em grupo, alguns deles contribuíram para abrir a perspectiva de as mães fazerem novas amizades, de adquirirem força política e de se organizarem em uma associação. Ademais, possibilitou também que elas diferissem daquilo que acreditavam ser elas mesmas, ao perceberem que eram capazes de contribuir para transformar a condição em que elas e seus filhos viviam, algo que anteriormente não era percebido com tanta clareza. Assim, através da criação de formas coletivas de se relacionarem, as mães viabilizaram formas autênticas de exercício da cidadania (Benevides, 2002).

Notas

- ¹ A partir da análise das taxas de homicídios no Brasil (cf. Waiselfisz, 2010) é possível inferir que o Espírito Santo é um dos estados mais violentos do país. Além disso, as taxas indicam que as maiores vítimas são jovens pobres, sobretudo os negros. Essa situação se repete no que diz respeito à população em situação de internamento (Núcleo de Estudos da Violência, 2010).
- ² A palavra “vítima” não nos parece adequada para definir a situação das pessoas que sofrem violações de direitos humanos, visto que carrega pré-concepções históricas, sociais e culturais muito estigmatizadas. Optamos por colocá-la sempre entre aspas, para enfatizar esse aspecto.
- ³ Subjetividade refere-se à invenção de formas de existência, são processos de construção da experiência (Machado, 1999).
- ⁴ Sennet (1988) aponta que vivemos em uma sociedade intimista, em que supervalorizamos a intimidade e a individualidade, isto é, as emoções particulares.

- ⁵ Problematizar significa perguntar-se como um conjunto de práticas – que antes eram aceitas em uma sociedade sem questionamentos e tidas como familiares e naturais – se torna motivo de preocupação, incitando discussões, polemizando debates, suscitando mudanças de comportamento e instigando novos hábitos (Portocarrero, 2008).
- ⁶ O termo habitar dá ênfase às implicações entre pesquisador e campo de pesquisa, desmistificando uma pretensa neutralidade científica. A pesquisa cartográfica consiste em compartilhar um território existencial em que sujeito e objeto da pesquisa se codeterminam (Passos & Alvarez, 2010).
- ⁷ Optamos por utilizar nomes fictícios para preservar a identidade das pessoas.
- ⁸ Ao longo deste processo em que conhecemos Elisa e as demais mães – que serão mencionadas ao longo do relato –, todas recebiam acompanhamento psicossocial e jurídico pela equipe técnica do programa, visto que eram usuárias dele.
- ⁹ O IASES é uma autarquia estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Justiça (SEJUS), responsável pela execução das medidas socioeducativas no Estado do Espírito Santo.
- ¹⁰ A vigilância e a segurança das unidades de internação do IASES devem ser feitas exclusivamente pelos “monitores”. Todavia, naquela época, as unidades de internação passaram por uma reforma, ficando a vigilância externa sob a incumbência de policiais militares, que, segundo as mães, participavam de agressões contra os adolescentes internos.
- ¹¹ Malote é o nome dado aos objetos de uso pessoal dos presos (alimentos, roupas, produtos de higiene pessoal, etc.), levados por seus familiares nos dias de visita.
- ¹² Embora a carta não tenha sido publicada neste artigo, evitando assim identificar seus remetentes, o presente item deste artigo resume os principais pontos dela.

Referências

- Batista, V. M. (2003). *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan.
- Barros, R. D. B. & Passos, E. (2010). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 17-31). Porto Alegre: Sulina.
- Benevides, R. D. (2002). De vítima a testemunha, de testemunha a cidadão: crises e identidades. In C. Rauter, E. Passos, & R. D. Benevides (Orgs.), *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos* (pp. 215-222). Rio de Janeiro: IFB/Te Cora.
- Benevides, R. D. (2007). *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS.
- Candiotto, C. (2008). Subjetividade e verdade no último Foucault. *Trans/Form/Ação*, 31(1), 87-103.
- Coimbra, C. M. B., Andrade, J. M. P., Leitão, M. B. S., & Brasil, V. V. (2002). Intervenção clínica quanto à violação dos Direitos Humanos: por uma prática desnaturalizadora na teoria, na ética, na política. In C. Rauter, E. Passos, & R. D. Benevides (Orgs.), *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos* (pp. 113-122). Rio de Janeiro: IFB/Te Cora.
- Coimbra, C. M. B. & Nascimento, M. L. (s.d). *Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?* Acesso em 11 de março, 2008,

- em http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto23.pdf
- Jorge, M. A. S. (2009). A violência e o processo de mundialização. In J. C. Mourão (Org.), *Clínica e política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas* (pp. 259-266). Rio de Janeiro: Abaquar.
- Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 15-22. Acesso em dia de mês, ano, em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100003&lng=en&tlng=pt
- Machado, L. A. D. (1999). Subjetividades contemporâneas. In M. E. B. Barros (Org.), *Psicologia: questões contemporâneas* (pp.211- 229). Vitória: EDUFES.
- Núcleo de Estudos da Violência. (2010). *4º Relatório Nacional de Direitos Humanos*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Passos, E. (2009). O Estado violento em nós. In J. C. Mourão (Org.), *Clínica e política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas* (pp. 253-258). Rio de Janeiro: Abaquar.
- Passos, E. & Alvarez, J. (2010). Cartografar é habitar um território existencial. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. 131-149). Porto Alegre: Sulina.
- Portocarrero, V. (2008). Os limites da vida: da biopolítica aos cuidados de si. In D. M. Albuquerque Júnior, A. Souza Filho, & A. Veiga-Neto (Orgs.), *Cartografias de Foucault* (pp. 127-150). Belo Horizonte: Autêntica.
- Sennet, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Waiselfisz, J. J. (2010). *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari.

Submissão em: 28/08/2011

Revisão em: 01/02/2014

Aceite em: 03/06/2014

Thiago Sandrini Mansur é Psicólogo, Graduado pela UFES (2004). Possui Mestrado em Psicologia Institucional pela UFES (2009). Atualmente, trabalha como Psicólogo Efetivo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e Professor no curso de graduação em Psicologia do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (IESES/UNES). Endereço: Rua Reinaldo Machado, 70. Recanto. Cachoeiro de Itapemirim/ES, Brasil. CEP 29303-011.
E-mail: tsmansur@hotmail.com

Leila Aparecida Domingues Machado é Psicóloga. Possui Doutorado em Psicologia Clínica pela PUC-SP (2002) e Pós-Doutorado em Psicologia Social pela UERJ (2008). É professora da Universidade Federal do Espírito Santo, lecionando no curso de graduação em Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI). Coordenadora do Laboratório de Imagens da Subjetividade (LIS/CNPq) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Políticas (NEPESP/CNPq).
E-mail: leiladomingues@uol.com.br

Como citar:

Mansur, T. S. & Machado, L. A. D. (2014). Problematizando a noção de “vítima” de violência. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 183-192.